CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1505/87 - Apenso PROC. DRE/SJC Nº3348/87

INTERESSADO : Marcelo Fukushima

ASSUNTO : Regularização de vida escolar de aluno do ciclo Básico -
Convalidação de matrícula na 3ª série do 1º grau.

RELATOR : Consº. Ubiratan D'Ambrósio

PARECER CEE Nº 1682 /87

APROVADO EM 18/11/87

CONSELHO PLENO

1-HISTÓRICO:

Os pais do menor Marcelo Fukushima, dirigiram-se à Presidência deste Colegiado, solicitando homologação da matrícula de seu filho na 3ª série do 1º grau da EEPG "Profª. Maria José da Penha Frúgoli", em São Sebastião, em 1987, após ter freqüentado apenas, um ano de Ciclo Básico.

Marcelo Fukushima, nascido aos 29-01-79, em São Joaquim Santa Catarina, após ter sido submetido à avaliação psicológica no Hospital das Clínicas de São Sebastião, quando foi classificado portador de idade mental superior à cronológica, e não tendo conseguido matricular-se, por falta de idade, em 1985, na etapa inicial do Ciclo Básico, em 1966, foi matriculado com a idade legal, na EEPG "Profª. Maria José da Penha Frúgoli", em São Sebastião, tendo logo de início se salientado entre -os demais - classe considerada forte -, pois todos vinham da pré-escola e com rendimento. Remanejado para classe com dois anos de escolaridade no Ciclo Básico, Marcelo também se sobressai entre os melhores da classe.

O Assistente de Diretor da Escola, pronunciou-se às folhas 14 e 15 observando que "para a região, e principalmente na comunidade onde está inserida a Escola, Bairro da Enseada, Município de São Sebastião, o caso do aluno Marcelo é raríssimo. Ele foi remanejado para classe de 2º ano de escolaridade no Ciclo Básico, porque a escola não tem condições para atender ao disposto no artigo 9º da Lei 5692/71, que estabelece tratamento especial para alunos superdotados."

E, continuando com sua informação, essa mesma autoridade manifestou-se ainda como segue:

"Justificamos nosso ponto de vista, conscientes de que o aluno não foi nivelado por baixo, pois várias são as provas

de sua capacidade intelectual e maturidade emocional, entre as quais enumeramos: 1 - raramente comete erros de ortografia, muito comum em séries mais avançadas; 2 - elaboração do pensamento - fluência verbal, clareza e precisão do discurso; 3- raciocínio matemático, tanto na elaboração das 4 operações como na solução de problemas." Os autos estão instruídos com:

- parecer favorável dos Srs. Professores do aluno-fls. 02;
- avaliação da psicóloga - fls. 04 e 05;
- provas e trabalhos do aluno-fls. 06 a 13;
- justificativas do Assistente-Diretor da Escola expondo os motivos - fls. 14 e 15.

A Sra. Supervisora de Ensino, após análise dos autos , concordou "com o pedido dos pais, diretor e professores do aluno, para que o mesmo continue cursando a 3ª série do 1º grau, mas considerou - que a decisão final pertence ao nobre Conselho e e neste sentido que encaminha este processo à sua consideração, confiando no mais alto princípio de justiça em que o Conselho sempre pautou as suas decisões."

Essa mesma Supervisora de Ensino manifestou-se da seguinte maneira que transcrevo abaixo:

"Analisando as atividades de classe realizadas pelo aluno - anexas a este processo - detectamos que, para apenas um ano de escolaridade (Ciclo Básico) o mesmo se coloca muito acima da média, isto é, seu aproveitamento e mais do que satisfatório. É interessante também analisar o aluno no meio em que ele está inserido comunidade semi-rural - o que vem corroborar nossa opinião de que Marcelo é um aluno Superdotado, pois não conta com a motivação e as facilidades de condições existente nos grandes centros, nem mesmo telefone. Exemplifica bem o caso constatado às fls. 01. O aluno poderia ter sido matriculado no 1º ano do Ciclo Básico em 1985, usufruindo do disposto no artigo 3º da Deliberação 13/84. A princípio a criança não poderia ser matriculada por falta de vaga, mas posteriormente foi criada uma nova classe na unidade escolar em que o mesmo pretendia matricular-se, mas a dificuldade de comunicação entre a Escola e pais do aluno impediram que se fizessem uso do acima exposto."

E continuando, a Sra. Supervisora pronunciou-se ainda quanto à legislação específica do Ciclo Básico que não oferece amparo

legal para a solicitação, fundamentando-se entretanto no § Único do artigo 2º da Deliberação CEE Nº 14/86, considerando o aluno em pauta como um caso excepcional. Por outro lado, assinala o possível embaraço à vida escolar do interessado o não atendimento à solicitação dos pais de Marcelo Fukushima."

Ao nível de Divisão Regional, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e Coordenadoria de Ensino do Interior, embora o expediente fosse verificado com base na legislação específica do Ciclo Básico, essas autoridades manifestaram-se favoráveis ao solicitado como segue:

"... o aluno Marcelo Fukshina já esta cursando a 3ª serie do 1º grau, com autorização da direção da Escola, opinamos a fim de se evitarem possíveis embaraços na sua vida escolar , que seja autorizada a matricula nesta série e convalidados os atos escolares praticados pelo mesmo.

Contudo, a direção da Escola deve-se organizar prontamente e oferecer um programa alternativo e diferenciado que possibilite aos alunos aprofundamento nos conteúdos de todos os componentes curriculares nos dois anos de Ciclo Básico, levando em consideração a melhoria da qualidade do ensino em nossa escola pública (sempre que houver casos semelhantes)".

2-APRECIÇÃO:

Versam os autos sobre pedido de convalidação de matrícula na 3ª série do 1º grau de Marcelo Fukushima, na EEPG "Profª. Maria José da Penha Frúgoli", em São Sebastião, após ter , frequentado, apenas um ano de Ciclo Básico.

A jurisprudência firmada por este Colegiado sobre o assunto é extensa, tendo dado origem à Deliberação CEE Nº 14/86, vedando a matrícula, a partir de 1987, na 3ª série do 1º grau aos alunos que frequentaram apenas um ano do Ciclo Básico.

O aluno mostra muito bom aproveitamento e sem dúvida está em condições favoráveis com relação aos conteúdos do Ciclo Básico. No entanto, é importante não esquecer que os dois anos de escolaridade que o ciclo básico representa envolve muito mais que o aprendizado de conteúdos. Há todo um processo de maturação, de vivência, de socialização que, ao que tudo indica, não foi considerado pelos psicólogos que falaram sobre a "excepcionalidade" de Marcelo.

Excepcionalidade na aceleração da Escolaridade algo extremamente sério, exigindo um cuidado todo especial para com a criança, com a família e com a escola, cuidados esses que se prolongarão por toda a vida do indivíduo. As implicações futuras de se acelerar a escolaridade são extremamente complexas e de modo algum podem ser tornadas com base no parecer de profissionais não especialistas em tais casos e com base na constatação de "interesse pelo concreto ... perseverança em meio a todos interesses e conteúdos ... capacidade de empatia afetivo-emocional com o ambiente" e outras constatações. Realmente, há grandes diferenças entre o comportamento e certamente, o rendimento das crianças em uma mesma faixa etária. Há os mais adiantados, os chamados "melhores da classe", há os mais atrasados, os chamados "casos perdidos" e são a convivência e interação desses indivíduos que justificam existência de escolas, permitindo a indivíduos com características as mais diversas participarem de uma experiência social da mais alta importância para, toda a sua vida. Excedeu-se a direção da EEPG "Profª. Maria José da Penha Frúgoli, em - São Sebastião, bem como ao demais autoridades envolvidas ao autorizarem a matrícula de Marcelo na 3ª série. Por outro lado, registre-se o mecanismo lento da Secretaria de Educação: a solicitação de matrícula em situação não normal foi feita pelos pais de {Marcelo no dia 12 de dezembro de 1986. Se a decisão soberana de casos dessa natureza cabe exclusivamente ao Conselho Estadual de Educação, o que justifica que o Processo tenha recebido inúmeros pareceres (nenhum com força conclusiva) e só tenha sido encaminhado a esse Conselho no dia 10 de agosto de 1987, e só seja discutido na Câmara do Ensino do 1º grau, no final de outubro, o que faz com que uma decisão, a única conclusiva em todo o Processo, só possa ser tomada aproximadamente um ano após o requerimento inicial?

Trata-se agora de um fato consumado e seria negativo para a vida do aluno Marcelo Fukushina reintegrá-lo no 2º ano do Ciclo Básico em novembro, forçando-o a repetir, em 1988, a 3ª série. Assim, o parecer a seguir e mais do que uma decisão, o de fato uma imro sição moral ao Conselho por parte de uma burocracia diluída em vários estamentos da Secretaria, todos sem capacidade de decisões conclusivas.

Não se pode deixar de lembrar que há uma Deliberação do Conselho Estadual de Educação, 14/86, proibindo tais casos.

Somos forçados, em caráter excepcional, a decidir contrariamente a essa Deliberação, por Irresponsabilidade e incompetência de outros que não obdeceram ao determinado por este Conselho. Cabe à Secretaria da Educação medidas administrativas para com seus funcionários que deixaram de cumprir o deliberado pelo CEE.

3 - CONCLUSÃO:

Convalida-se em caráter excepcional a matrícula de Marcelo Fukushima na 3ª série do 1º grau da EEPG "Profª. Maria José da Penha Frúgoli", em São Sebastião, São Paulo, no ano de 1987.

São Paulo, 26 de outubro de 1987

a) Cons^o. Ubiratan D'Ambrósio

RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de novembro de 1987

a) Cons^o JORGE NAGLE

Presidente